



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 18 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2018.**

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 8/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 8/2018; -----
2. Proc. N.º MB - 12/2018: “Ampliação da Zona Industrial de Penamacor” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
3. Projeto de “Emparcelamento Simples”, denominado “Ação de Emparcelamento, Lagariça – Aldeia do Bispo”. Proposta de aprovação submetida à Câmara por Maria Lídia Borges Teixeira na qualidade de proprietário; -----
4. Ratificação de Protocolo de Colaboração entre a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE e a Câmara Municipal de Penamacor; -----
5. Modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2019; -----
6. Taxa de IMI a cobrar em 2019; -----
7. Atribuição de Apoio Financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor;
8. Apoio – Despesas de Transportes Escolares – Christopher David Steele; ----
9. Apoio – Despesas de Transportes Escolares – João Manuel Campos Silva; --
10. Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Penamacor à Associação Nacional de Assembleias Municipais; -----
11. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 5 de setembro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Domingos Torrão** recordou dois procedimentos de formação de contratos de empreitadas, aprovados por unanimidade em reunião de câmara, o da Requalificação Urbana do Centro de Aranhas e o da Requalificação da Sede da Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires. Referiu que o procedimento em Aranhas já foi adjudicado, enquanto o da sede da banda não avançou. Perguntou ao Senhor Presidente qual o ponto de situação da Requalificação da Sede da Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires. -----

**O Sr. Presidente António Soares** no respeitante ao procedimento da Requalificação da Sede da Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires, informou que surgiram dúvidas acerca do direito de superfície, estando a aguardar o parecer jurídico da CCDRC. -----

Deu conhecimento da autorização do Município de Penamacor à constituição de direito de superfície, nos prédios Pingona e Taveiró para instalação de um parque termosolar, investimento que rondará 200 milhões de euros. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

**1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 8/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 8/2018.** -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 18 de setembro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – PROC. N.º MB – 12/2018: “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: proceder à ampliação da Zona Industrial existente, criando-se assim mais 18 lotes de dimensão média. O desenvolvimento será feito de acordo com o seguinte programa funcional: -----

Construção de uma via principal de acesso entre a zona de intervenção existente, e ainda uma via secundária de acesso aos lotes; -----

Construção de uma área destinada a lotes de média dimensão destinados à implantação de indústria e 138 estacionamento, sendo 119 destinados a ligeiros e 19 para pesados; -----

Ligação pedonal através de passeios entre a zona industrial existente e os vários lotes. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Ampliação da Zona Industrial de Penamacor”. -----

### 1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

### 2. Valor Estimado do Contrato -----

O valor estimado do contrato é de € 801 274,03 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a verba disponível para este ano é de € 53 000,00 (cinquenta e três mil euros), encargo esse que tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros, sendo a restante parte prevista para o ano de 2019 e 2020. -----

-

### 3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

☐ Melhor relação qualidade - preço; -----

☒ Avaliação do preço ou custo. -----

### 4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

1º Suplente: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2º Suplente: Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Adjudicação por Lotes -----

Fundamenta-se a necessidade de adjudicar sem divisão por lotes, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º - A do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo facto de ser excessivamente difícil alocar responsabilidades individuais por incumprimento contratual, motivo pelo qual se julga haver vantagem em existir apenas um co-contratante. -----

9. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 208/2018, de 12/set./2018, respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 1.º Suplente; -----

Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico, 2.º Suplente; -----

Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **3 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” DENOMINADO “AÇÃO DE EMPARCELAMENTO, LARARIÇA – ALDEIA DO BISPO”. PROPOSTA DE**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR MARIA LÍDIA BORGES TEIXEIRA NA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 056/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município de Penamacor, entidade territorialmente competente para aprovar os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples” de iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município, pode ser entendido como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo; potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala, relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras, entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura” ou quanto à “superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 056/DO-OPPOT acima referida; aprovando igualmente a minuta de certidão incluída nesta, a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **4 - RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE E A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando as atribuições dos municípios em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetiva populações, designadamente na área da saúde, conforme a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando as competências atribuídas à câmara municipal pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de apoio a atividades que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; -----

Considerando a prioridade do Governo em expandir e melhorar a capacidade da rede dos cuidados de saúde primários, através designadamente da ampliação da cobertura do Serviço Nacional de Saúde na área da Saúde Oral;

Proponho à Câmara Municipal: -----

Que ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja submetido a ratificação à Câmara Municipal o Despacho que aprovou e autorizou a celebração do Protocolo com a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, e autorizou o pagamento de comparticipação financeira para aquisição de equipamento estimada em 27.000,00 euros, o qual se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**5 - MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2019. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Proponho que, para posterior submissão à Assembleia Municipal dada a sua competência para aprovar a criação e reorganização dos serviços municipais prevista na alínea m) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado pelo Órgão Executivo no exercício da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma e ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, manter para 2019 o modelo atual de organização dos serviços, nos termos seguintes: -----

1 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como modelo de estrutura orgânica a adotar em sede de organização interna dos serviços da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2019, uma estrutura hierarquizada, nos termos da competência prevista na alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

2 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, nos termos permitidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 8º e nº 1 do artigo 9º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a criação pela Câmara Municipal de 4 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal, um dirigente intermédio de 3º grau e um dirigente intermédio de 4º grau, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

3 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, a previsão mediante Despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 3 subunidades orgânicas destinadas a ser dirigidas por coordenadores técnicos, nos termos da competência prevista na alínea d) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **6 - TAXA DE IMI A COBRAR EM 2019. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos na área do Município e constitui uma receita municipal, sem prejuízo de o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e da participação de 1% da receita do IMI sobre o prédios urbanos constituir receita das freguesias, conforme o disposto na alínea a) do artigo 14º e da alínea a) do nº 1 do artigo 23º, ambos da Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). -----

Nos termos da redação atual do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 11 de novembro, o qual sofreu já várias alterações, cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, definir em cada ano as taxas de IMI a aplicar. -----

Assim, -----

Considerando que o Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro tem sofrido ao longo dos anos várias e sucessivas alterações; -----

Considerando o aditamento ao CIMI do artigo 112º-A, do qual resulta que, relativamente aos imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, os municípios passam a poder

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

estabelecer (mediante deliberação da assembleia por proposta da câmara) uma dedução fixa ao valor do IMI, em função do número de dependentes, -----

Propõe-se o seguinte: -----

1 – Que seja deliberado propor à Assembleia Municipal que fixe para 2019 a taxa mínima de IMI admissível pela alínea c) do nº 1 do artigo 112º do CIMI, na sua redação atual, ou seja, de 0,3% para os prédios urbanos. -----

2 – Que seja deliberado propor à Assembleia Municipal que aprove, nos termos do nº 1 do artigo 112º-A do CIMI, aditado pelo artigo 161º da Lei nº 7-A/2016, de 30.3 (LOE), a redução da taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente de sujeito passivo ou do seu agregado familiar em função do número de dependentes e de acordo com a seguinte tabela": -----

<b>Número de dependentes a cargo</b>	<b>Dedução fixa</b>
1	€ 20,00
2	€ 40,00
3 ou mais	€ 70,00

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **7. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Santa Casa da Misericórdia de Penamacor veio solicitar a atribuição de um apoio financeiro que permita apoiar os pais das crianças que frequentam as valências de creche e Jardim de Infância em face da conjuntura económica e das dificuldades sentidas pelas famílias. Tal apoio deverá assumir natureza idêntica ao que é concedido no âmbito das atividades de animação e apoio à família no ensino pré-escolar público, devendo refletir-se diretamente nos custos a suportar pelas famílias com o pagamento das mensalidades. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Assim, propõe-se que seja deliberado: -----

Atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor um apoio estimado no valor de € 13.020.00 para o ano letivo 2018-2019 valor que foi apurado tomando por referência o apoio de € 31.00 mensais por cada criança que frequente o Jardim de Infância e a Creche (sendo que se encontram inscritas 21 crianças no ensino pré-escolar e 21 crianças na creche). Os pagamentos serão realizados mensalmente mediante confirmação através da listagem de alunos que será remetida pela Instituição, pelo período de 10 meses com efeitos reportados ao início do ano letivo de 2018-2019. -----

A despesa encontra-se devidamente cabimentada e inscrita no Orçamento do corrente ano na rubrica correspondente, conforme documento em anexo. -----

Os pagamentos serão realizados em obediência ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, após emissão do compromisso respetivo. -----

2 – A despesa assume carácter plurianual e insere-se no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal por deliberação de 6 dezembro de 2017, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 21 de junho, para efeitos do disposto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **8 - APOIO – DESPESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES – CHRISTOPHER DAVID STEELE. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No que respeita às competências em matéria de educação, cabe aos municípios assegurar os transportes escolares, como resulta da alínea a) do nº

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

3 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro. Regula nesta matéria o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

Neste contexto, encontram-se assegurados para o ano letivo 2018/2019 os transportes de todos os alunos do concelho, quer sejam oriundos das freguesias quer de locais mais ou menos isolados e não servidos pelas carreiras de transportes coletivos. Existem, no entanto, situações pontuais para as quais não foi possível encontrar uma solução de transporte de entre as previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

É o que acontece com a situação dos alunos Aidan Farrhod Dehshiri Steele e Adam Dariash Dehshiri Steele, que frequentam o ensino pré-escolar, o 3º ano de escolaridade respetivamente, em Penamacor. -----

Estes alunos residem na Estrada Regional 346, Sítio da Ponte velha, 6090-543 Penamacor, situada a cerca de 12 quilómetros do ponto de paragem mais próximo, que é o da freguesia de Penamacor. -----

O encarregado de educação faz esta deslocação 4 vezes por dia (12kmx4=48km por dia). -----

Assim, competindo à Câmara Municipal assegurar a deslocação destes alunos, nos termos do artigo 6º do diploma referido, procurou-se encontrar uma solução que permitisse que estes alunos pudessem frequentar a escola normalmente. -----

Perante as dificuldades, os pais destes alunos concordaram em assegurar o seu transporte desde o local da sua residência até à escola, acordando-se para o efeito a atribuição de apoio à família sob a forma de subsídio destinado a cobrir as despesas de deslocação. -----

Assim, propõe-se: -----

1 – Que seja deliberado atribuir ao Sr. Christopher David Steele (contribuinte fiscal 290 051 827) e encarregado de educação dos alunos, o valor de 10 euros por cada dia de aulas efetivamente frequentado como apoio às despesas de transporte. -----

2- Que seja aprovado o total de 1.670 euros para o transporte destes alunos ao longo de todo o ano letivo, tendo em conta que após consulta do calendário

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

escolar para o ano letivo 2018/2019, se prevê um total de 167 dias (1º período - 63 dias letivos; 2º período - 64 dias letivos; 3º período - 40 dias letivos), número de dias que, multiplicado pelo valor dia referido no ponto anterior, perfaz um total de 1670 euros. -----

3 - Que o apoio seja atribuído no final de cada período escolar, com efeitos a partir do início do ano letivo (17 de setembro) até final do ano letivo 2018/2019". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **9 - APOIO – DESPESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES – JOÃO MANUEL CAMPOS SILVA; -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No que respeita às competências em matéria de educação, cabe aos municípios assegurar os transportes escolares, como resulta da alínea a) do nº 3 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro. Regula nesta matéria o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

Neste contexto, encontram-se assegurados para o ano letivo 2018/2019 os transportes de todos os alunos do concelho, quer sejam oriundos das freguesias quer de locais mais ou menos isolados e não servidos pelas carreiras de transportes coletivos. Existem, no entanto, situações pontuais para as quais não foi possível encontrar uma solução de transporte de entre as previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

É o que acontece com a situação da aluna Ariana Filipa Nobre Silva, que frequenta o 2º ciclo do ensino básico em Penamacor e reside na Quinta dos Alísios, pertencente à freguesia de Meimão. -----

Competindo à Câmara Municipal assegurar a deslocação destes alunos, nos termos do artigo 6º do diploma referido e, não sendo possível encontrar outra forma de efetuar o seu transporte, os pais desta aluna concordaram em

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

assegurar o transporte dos mesmos desde o local da sua residência até ao ponto de paragem do transporte coletivo na freguesia de Meimão, acordando-se para o efeito a atribuição de apoio à família sob a forma de subsídio destinado a comparticipar as despesas de deslocação. -----

Assim, propõe-se: -----

1 – Que seja deliberado atribuir ao Sr. João Manuel Campos Silva (contribuinte fiscal 200 472 216), encarregado de educação da aluna Arian Filipa Nobre Silva, o valor de 10 euros por cada dia de aulas efetivamente frequentado como apoio às despesas de transporte por si suportadas. -----

2- Que seja aprovado o total de 1630 euros para o transporte da referida aluna ao longo de todo o ano letivo, tendo em conta que após consulta do calendário escolar para o ano letivo 2018/2019, se prevê um total de 163 dias (1º período - 63 dias letivos; 2º período - 64 dias letivos; 3º período - 36 dias letivos), número de dias que, multiplicado pelo valor dia referido no ponto anterior, perfaz um total de 1630 euros. -----

3 - Que o apoio seja atribuído no final de cada período escolar com efeitos a partir do início do ano letivo (17 de setembro) até final do ano letivo 2018/2019". -----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **10. PROPOSTA DE ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAMACOR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.**

-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Considerando que: -----

1) Resulta do art.º 235.º, n.º 1 da CRP que a organização democrática do Estado português compreende, também, a existência de municípios; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- 2) Tais municípios, de acordo com o mesmo art.º 253.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns; -----
- 3) Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos arts. 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos consagrados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que consagra o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias; -----
- 4) Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinadas pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central; -----
- 5) Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil; -----
- 6) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil; -----
- 7) De acordo com o art.º 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios (de onde aqui também resulta, *a contrario sensu*, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos prevista nos arts. 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- 8) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais *profundo e complexo*, que passa por visitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da assembleia municipal enquanto verdadeira “*casa da democracia*” no âmbito local; -----





Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

9) “*Casa da democracia*” essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas; -----

10) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados – e aqui especificamente a adesão à ANAM – encontra-se dependente do acordo prévio do município; -----

11) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui “(...) *uma competência tipicamente reservada à assembleia municipal* (...)” – cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. II, Coimbra Editora, 2010, p. 768; -----

12) Todavia, uma vez que o que se pretende é representar institucionalmente o município a deliberação de adesão deste deve, *na senda da boa jurisprudência das cautelas*, ser uma deliberação de *valor reforçado*, o qual será obtido mediante a pronúncia dos dois órgãos que compõe a pessoa coletiva município – o órgão executivo e o órgão deliberativo; -----  
-----

13) Para tanto, dever-se-á observar uma tramitação inspirada naquela, necessária para se proceder à adesão a uma associação de municípios de fins específicos, por ser esta aquela que especificamente exige a pronúncia favorável dos dois órgãos; -----

14) Por conseguinte, veio em primeira linha a assembleia municipal na sessão de 30 de julho de 2018, em jeito de recomendação à câmara municipal, decidir aguardar por deliberação relativa à participação do município no projeto que é a ANAM, para que o executivo municipal proponha à assembleia municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM; -----

15) Posteriormente, tendo em conta o que resulta da conjugação da alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09 com o artigo terceiro dos Estatutos da ANAM, competirá então à Câmara Municipal designar o Senhor Presidente da Assembleia para representar o Município na Associação. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Assim, propõe-se à Câmara Municipal que delibere a propor à Assembleia Municipal que decida sobre a participação do município na Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), mediante o pagamento de uma quota anual cujo valor para 2018 é de €1.000,00. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março) ”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **11 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 8.731.272,20 euros e uma despesa também acumulada de 4.873.043,11 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor Luís Seguro que alertou para o elevado estado de degradação, pondo em risco a saúde pública do edifício da antiga legião, situado na Estrada Nacional em Penamacor, património do Estado. Alertou, também, para o estado de degradação de alguns imóveis na Rua Pereira Macedo. No respeitante ao processo de Decentralização do Estado, perguntou ao Senhor Presidente se Penamacor aderiu e em que termos. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e disse que o assunto dos imóveis irá ser remetido para a Comissão de Vistorias de Imóveis Degradados.

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares